



Educação a
Distância

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA-IFPB
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS A DISTÂNCIA

KALINA FERNANDA CAVALCANTI FERREIRA

REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NAS CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ

CAMPINA GRANDE-PB
2022

KALINA FERNANDA CAVALCANTI FERREIRA

**REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NAS CRÔNICAS DE RACHEL DE
QUEIROZ**

Artigo apresentado como requisito parcial para
a conclusão do curso de Licenciatura em Letras
a Distância.

Orientador: Prof. Dr Gesimiel Rodrigues
Santos

CAMPINA GRANDE-PB
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha, IFPB *campus* João Pessoa

F383r Ferreira, Kalina Fernanda Cavalcanti.

Representações da infância nas crônicas de Rachel de Queiroz / Kalina Fernanda Cavalcanti Ferreira. - 2022.

44 f. : il.

TCC (Graduação – Licenciatura em Letras a Distância Habilitação em Língua Portuguesa) – Instituto Federal de Educação da Paraíba / Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras a Distância, 2022.

Orientação : Profº D.r Gesimiel Rodrigues Santos.

1. Literatura - crônicas. 2. Representação da infância. 3. Rachel de Queiroz. I. Título.

CDU 82-94(043)

Elaboração: Lucrecia Camilo de Lima – Bibliotecária CRB 15/132

KALINA FERNANDA CAVALCANTI FERREIRA

REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NAS CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ

Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras a Distância.

Orientador: Prof. Dr Gesimiel Rodrigues Santos

Aprovada em 06 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Orientador

Prof. Dr. Gesimiel Rodrigues Santos/IFPB



Examinador (a):

Profa. Dra. Anna Giovanna Rocha Bezerra/IFPB



Examinador (a):

Profa. Dra. Joyce Kelly Barros Henrique-IFPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao amado Deus, por estar comigo a todo tempo. Ele tem sido minha força e refúgio a cada dia. Sem Ele, eu não teria conseguido chegar até aqui e concluído o meu tão sonhado curso de Letras. Gratidão a Deus pela saúde, livramentos e por todas as bênçãos alcançadas.

Agradeço muitíssimo ao meu esposo Ricardo Alessandro Silva Pereira, pelo amor, carinho e incentivo para realizações dos meus sonhos, que também são dele. Agradeço pelo seu companheirismo, o qual ajudou-me nos momentos de desânimo na caminhada. Ao meu amado filho Antonio Neto, que é mais uma vitória e milagre que Deus me concedeu. Aos meus amados pais e à toda minha família.

Também, a minha amiga Paula Daniele Matos pela amizade construída no decorrer de minha trajetória no curso de Letras. Muito obrigada pelas palavras de apoio em momentos difíceis e pela amizade que levo para a vida. A todos os meus professores do curso de Letras pelos ensinamentos, em particular ao meu orientador Dr. Gesimiel Rodrigues Santos, pelos ensinamentos que me possibilitaram chegar até aqui e assim concluir esse curso.

RESUMO

A ideia de criança e o cuidado com a infância passaram a ser vistas como tal recentemente. O conceito de infância surgiu no século XV na Idade Moderna e vai adquirindo novos significados ao longo dos séculos. É só no século XX que surge a concepção de infância que é conhecida atualmente, isto é, a infância como uma etapa importante para o desenvolvimento do ser humano e na qual a criança deve ter seus direitos assegurados. Nesta conjuntura, a literatura, pelo fato de perpassar por momentos históricos e por representar diferentes culturas e sociedades é uma ferramenta que permite diferentes abordagens ou representações dos seres humanos, sendo suscetível para representação da infância. Neste contexto, o presente estudo tem como principal objetivo analisar as representações da infância nas crônicas de Rachel de Queiroz. Para isso foram escolhidas as seguintes crônicas para análise: “Menino pequeno” (1956), “Os filhos que nunca tive” (1953) e “Neuma” (1964). A pesquisa se constitui como uma pesquisa bibliográfica. Entre os autores que foram consultados tem-se: Queiroz (2002) Coutinho (1988), Sá (1985), Candido (2003), Ariès (1978), etc. A análise das crônicas foi feita à luz da hermenêutica. Dentre os resultados obtidos percebeu-se que as crônicas “Menino pequeno” e “Os filhos que nunca tive” trazem uma reflexão sobre a realidade cruel vivida por crianças brasileiras no século XX e abordam também, o desamparo e a negligência do Estado para com o público infante-juvenil. Já na crônica “Neuma” observa-se a representação de uma criança que de fato vive uma infância feliz pois tem seus direitos assegurados. Nota-se portanto que essas crônicas são atemporais, tendo em vista que na atualidade ainda é notório uma diferenciação nos cuidados com a criança nas diferentes classes sociais. Por fim, pode-se perceber a partir desse estudo, a importância da literatura para representação da infância e de outras representações e/ou representatividades.

PALAVRAS-CHAVE: representação; infância; literatura; crônicas. Rachel de Queiroz;

ABSTRACT

The child's idea and the attention with the infancy came to be seen as such recently. The concept of childhood emerged in the 15th century in modern age and will acquire new meanings over the centuries. It is just in XX century that appear the conception of infancy the we know currently, that is, childhood as an important stage for the development of the human being and in which the child must have his/her rights guaranteed. In this conjuncture, the literature, by the fact of passing for historical moments and by represent and for representing different cultures and societies is a tool that allows different approaches or representations of human beings, being susceptible to representation of childhood. In this context, the main objective of this study is to analyze the representations of childhood in Rachel de Queiroz's chronicles. For this, the following chronicles were chosen for analysis: "Menino Pequeno" (1956), "Os filhos que nunca tive" (1953) and "Neuma" (1964). The research is constituted as a bibliographical research. Among the authors consulted are: Queiroz (2002) Coutinho (1988), Sá (1985), Candido (2003), Ariès (1978), etc. The analysis of the chronicles was carried according of hermeneutics. Among the results obtained, it was noticed that the chronicles "Menino Pequeno" and "Os Filhos que Nunca tive" bring a reflection on the cruel reality experienced by Brazilian children in the 20th century and also address the State's helplessness and negligence towards the juvenile audience. In the chronicle "Neuma", there is a representation of a child who actually lives a happy childhood because he has his rights assured. It is noted, therefore, that these chronicles are timeless, considering that today there is still a noticeable difference in child care in different social classes. Finally, from this study, the importance of literature for the representation of childhood and other representations and/or representativeness can be seen.

KEY WORDS: representation; childhood; literature; chronicles. Rachel de Queiroz;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 METODOLOGIA.....	9
3 O GÊNERO LITERÁRIO CRÔNICA.....	10
4 O SURGIMENTO DO CONCEITO DE INFÂNCIA.....	15
4.1 Representação da infância na literatura.....	20
5 RACHEL DE QUEIROZ E SUAS CRÔNICAS.....	26
6 REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NAS CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ.....	29
6.1 Crônica “Menino Pequeno”.....	29
6.2 Crônica “Os filhos que eu nunca tive”	33
6.3 Crônica “Neuma”.....	39
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A concepção de infância que conhecemos atualmente nem sempre existiu, tendo em vista que até a Idade Média a criança era vista com um adulto em miniatura. O surgimento do conceito de infância só acontece no século XV, no período da Idade Moderna. A partir daí, os adultos começaram a ver as crianças como seres diferentes, isto é, que necessitavam de um tratamento diferenciado dos adultos. Por conseguinte, a concepção de infância foi mudando nos diferentes períodos e culturas até chegar ao que se conhece hoje: a infância como uma etapa importante para o desenvolvimento do ser humano, no qual a criança passa a ser vista como um sujeito de direito, que precisa de cuidado e que devem ter seus direitos assegurados.

Nesta conjuntura, a infância demorou a ser representada em diferentes âmbitos sociais. Consequentemente, ela “não chega a ser representada artisticamente nas suas peculiaridades, senão a partir do século XVIII” (SILVA e TOMÁS, 2013, p. 123). Por sua vez, no caso da representação da infância na Literatura, ela é incipiente até o século XIX, ganhando destaque principalmente no decorrer do século XX. No que tange à literatura brasileira, essa representação vai tomar um foco maior a partir do modernismo literário.

Assim sendo, o texto literário é um modo de representação social, constituindo-se como uma forma de representação do imaginário de diferentes grupos sociais. “Neste sentido, assim como as diferentes produções científicas, a literatura tem muito a nos dizer sobre a realidade em que vivemos” (BARCELOS e SCHULZE, 2002, p. 259). Logo, a literatura é umas das linguagens existentes que promovem as manifestações sociais da sociedade, haja vista, a literatura através de sua natureza ficcional permite demonstrar e/ou representar a realidade social, isto é, a literatura procura traduzir os valores e costumes do imaginário social da época e do lugar onde está inserida.

Neste contexto, a literatura vem representado a infância no decorrer dos tempos. Pode-se perceber a presença da temática infância em diferentes gêneros literários, como contos, romances, poesias, entre outros. Dentre esses gêneros, cabe aqui mencionar a crônica, tendo em vista que este foi o gênero literário escolhido para este estudo.

A crônica transita entre o jornalismo e o literário. É um gênero que fala do cotidiano de forma leve, através de uma narrativa curta. Pelo fato de ter surgido nos jornais, tinha o propósito de informar e comentar fatos do cotidiano. No decorrer de sua trajetória, foi ganhando aspectos literários, por deixar de ter o foco apenas no

rebuscamento da linguagem, passando a divertir seus leitores, ganhando assim, “ares de simplicidade” no ato de falar do cotidiano, e conseqüentemente ganhando uma dimensão mais ficcional e de cunho mais poético.

Sobre a crônica, Candido (2003) afirma que:

Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitada. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, sobretudo porque quase sempre utiliza o humor (IDEM, 2003, p.14).

Desse modo, sabendo da importância da crônica para representação de diferentes aspectos sociais do cotidiano, entre eles a infância, o presente estudo tem como principal objetivo analisar as representações da infância nas crônicas de Rachel de Queiroz. Para isso foram escolhidas as seguintes crônicas: “Menino pequeno” (1956), “Os filhos que nunca tive” (1953) e “Neuma” (1964).

A pesquisa é bibliográfica. Entre os autores que foram consultados tem-se: Coutinho (1988), Sá (1985), Candido (2003), Ariès (1978), Queiroz (2002), Simon (2018), entre outros. A análise das crônicas foi feita à luz da hermenêutica, tendo em vista que será feito a análise tanto do contexto histórico do texto literário, como também a subjetividade do leitor no processo de interpretação.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro momento será a apresentação da metodologia, em seguida a discussão da origem, características e o conceito da crônica, depois será discutido o surgimento e conceito de infância; após será discutido a representação da infância na literatura e em seguida será feito um breve relato sobre a vida e obra de Rachel de Queiroz, para assim adentrar à análise das crônicas da autora. Por fim, tem-se as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Esse estudo se configura como uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista que foram realizadas pesquisas sobre a temática em livros, artigos, dissertações, entre outros. Esse tipo de pesquisa é definido por Gil (2002, p. 44), como uma pesquisa “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Os autores Prodanov e Freitas (2013) também conceituam pesquisa bibliográfica, afirmando que ela é:

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (IDEM, 2013, p. 54).

Neste contexto, para compreensão do conceito de crônica foram utilizados os autores Sá (1985), Candido (2003), Coutinho (1988), Pereira (2014), Tristão (2013), etc; para análise do conceito de infância foram utilizados os autores Ariès (1978) Neto (2000), Henick e Faria (2015), para discussão sobre a representação da infância na literatura foram utilizados os autores, Simon (2018), Costa (2019), Mata (2006), entre outros. Sobre a vida e obra de Rachel de Queiroz foram utilizados as autoras Queiroz e Queiroz (1998), Queiroz (2002), Jury (2017), etc.

Em seguida foi realizada a análise das crônicas: “Menino Pequeno”, “Os filhos que eu nunca tive” e “Neuma”. A análise foi feita à luz da hermenêutica. O autor Gumrecht (1998) *apud* Rocha (2010) afirma que:

Num texto hermenêutico, sempre que a palavra expressão é mencionada o que se tem em mente é a premissa do campo hermenêutico segundo a qual o sentido nasce na profundidade da alma, podendo contudo ser expresso numa superfície – a superfície do corpo humano ou a do texto. No entanto, e eis a importância do campo hermenêutico, a expressão, porque limitada à superfície, permanece sempre insuficiente quando comparada ao que se encontra na profundidade da alma. Deste modo, não apenas o corpo é um instrumento secundário de articulação, também a expressão se revela insuficiente. Em virtude desta premissa, no interior do paradigma hermenêutico se impõe a necessidade da interpretação. Interpretação: ou seja: processo que, principiando pela insuficiência de uma superfície qualquer, dirige-se à profundidade do que vai na alma de quem se expressa. Como resultado, estabelece-se uma identidade entre o que o sujeito desejava expressar e o entendimento do intérprete (GUMRECHT, 1998, p.139-140 *Apud* ROCHA, 2010, p. 487).

Este método foi escolhido em virtude da viabilidade do método interpretativo/hermenêutico para a análise literária, pois a hermenêutica leva em consideração tanto o contexto histórico do texto literário, como também a subjetividade do leitor no processo de interpretação.

3 O GÊNERO LITERÁRIO CRÔNICA

Etimologicamente a palavra crônica vem “do grego *cronikós*, relativo a tempo (*chrónos*) pelo latim *chronica*, o vocábulo “crônica” designava, no início da era cristã,

uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, uma sequência cronológica (MOISÉS, 1928, p.245 *apud* PEREIRA, 2014, p.18).

Esse gênero fala do cotidiano de forma leve, através de uma narrativa curta e com uma linguagem de fácil compreensão. Por ter uma linguagem simples, não tem pretensão de tornar-se um cânone literário, e não tinha prestígio como outros gêneros literários. Isso é corroborado por Candido (2003) em seu texto “A vida ao rés-do-chão” quando afirma que:

A crônica não é um “gênero maior”. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor. “Graças a Deus”, seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós. E para muitos pode servir de caminho não apenas para a vida, que ela serve de perto, mas para a literatura [...] (CANDIDO, 2003, p. 13).

Em sua gênese, pelo fato de mostrar acontecimentos em uma ordem cronológica, a crônica era denominada de narrativa histórica. Assim sendo, por estar relacionada a um tempo cronológico, a crônica estava preocupada apenas em registrar os fatos sociais. Além disso, era utilizada na Idade Média, principalmente pelos historiadores e navegantes para contar as histórias dos lugares pelos quais passavam; funcionando assim como um documento que contava a História das descobertas do Novo Mundo e das terras conquistadas.

Desse modo, “nesse primeiro momento não terá nenhuma autonomia para provocar reflexões sobre o curso de determinados acontecimentos” (PEREIRA, 2014, p.18). Com o decorrer do tempo a crônica ganha novos conceitos, até chegar ao que se conhece hoje. De acordo com Coutinho (1988):

A crônica era relacionada a relatos cronológicos de fatos sucedidos em algum lugar; no entanto, esse significado modificou-se, e a palavra crônica é agora utilizada para designar “pequenas produções em prosa, de natureza livre, em estilo coloquial, provocadas pela observação dos sucessos cotidianos ou semanais, refletidos através de um temperamento artístico” (COUTINHO, 1988, p. 306).

Essas características de relatar fatos cronológicos também estiveram relacionadas à história da crônica aqui no Brasil. Dessa forma, no Brasil, ela surgiu no período do “Descobrimento do Brasil”. Muitos estudiosos consideram que a primeira crônica escrita em solo brasileiro foi a Carta de Pero Vaz, mandada para o Rei Dom Manuel, descrevendo neste documento suas impressões da nova terra “descoberta” (COUTINHO, 1964), falando neste documento sobre a exuberância dos recursos naturais avistados, sobre os

povos nativos, etc. Logo, a crônica, desde a sua origem no Brasil e no mundo, estava muito ligada à História.

Atualmente ela é considerada por boa parte da crítica literária como um gênero literário, o qual apresenta elementos narrativos em sua composição, narrando situações do cotidiano. Por retratar fatos do cotidiano, a linguagem da crônica apresenta certa leveza, sem deixar de lado a preocupação com a norma culta, sendo um texto prazeroso de ler. Além disso, através desse gênero, é possível o leitor refletir sobre a sociedade e sobre a existência.

Existem também alguns autores que consideram a crônica como um texto híbrido, pelo fato dela ter surgido nos jornais e por apresentar características literárias. Segundo os autores Desoti e Cantarin (2014, p.5), ela é considerada híbrida pois: “Transita entre a linguagem jornalística e a literária¹, e está presente em muitos suportes, o que facilita a sua leitura. Existem crônicas que mostram o que está acontecendo na atualidade, pois foi elaborada a partir de uma notícia, por exemplo”.

Seguindo esse raciocínio Scheibe (2013, p.4) afirma que: “No mundo, a adesão da crônica no jornal sucedeu na França, nos idos de 1800, nas seções literárias dos periódicos, chamadas de folhetins, e foi empregada pelos jornalistas, em sua maioria escritores, que vagavam pela cidade, observando os fatos” [...] (, 2013, p.4).

No Brasil, por sua vez, a crônica começa a circular no final do século XIX, por meio do desenvolvimento da imprensa, através dos folhetins. Neste contexto, a crônica começa a ganhar características literárias, tendo em vista que na época os literatos iniciavam sua carreira, geralmente no jornal, colocando nos folhetins dos jornais, os textos literários que escreviam.

Sobre isso, Candido (2003) afirma que:

No Brasil ela tem uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com qual se desenvolveu. Antes de ser crônica propriamente dita foi “folhetim”, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia — políticas, sociais, artísticas, literárias [...] Aos poucos o “folhetim” foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje. Ao longo deste percurso, foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixada a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com o de divertir. A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro. Creio que a

¹ Pelo fato da crônica trazer sensibilidade, emoção e poeticidade faz com ela se torne um gênero literário, tendo em vista que ganha uma dimensão mais ficcional e de cunho mais poético.

fórmula moderna, onde entra um fato miúdo e um toque humorístico, com o seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma (CANDIDO, 2003, p. 15).

Entre os cronistas brasileiros, considerados os precursores da crônica literária brasileira no final do século XIX e início do século XX, destacam-se principalmente os escritores, Machado de Assis e João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto). Por conseguinte, é notório que a crônica vai ganhando toda uma brasilidade, sobretudo depois da Semana de Arte moderna, quando os idealizadores do movimento tiveram a intenção de trazer a literatura com uma linguagem mais próxima da população. Logo, escritores modernistas como Manuel Bandeira e Carlos Drummond, contribuíram para que ocorresse essa aproximação da crônica com o povo, propiciando assim que ela fosse ganhando características literárias e adquirindo essa brasilidade.

Machado de Assis “É estimado como o mais hábil cronista de uma época, na qual a crônica não mais configurava um relato histórico. Machado de Assis foi o responsável pela autonomia do gênero em nosso país” (TRISTÃO, 2013, p. 20). Portanto, além de ser importante na literatura brasileira por seus romances e contos, também se destacou como um grande cronista. “Em suas crônicas, podia ser notada a forte presença da metalinguagem e do humor” (TRISTÃO, 2013, p. 20).

João do Rio, escreveu várias crônicas retratando o cotidiano das ruas cariocas. Essas crônicas fazem parte do seu livro “Alma Encantadora das Ruas”. Ele analisava as ruas cariocas *in loco*, analisando as mudanças na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, averiguando de perto o cotidiano das pessoas mais pobres, em virtude das transformações urbanas na cidade. João do Rio, segundo Sá (2005): é “o cronista mundano por excelência, pois deu à crônica uma roupagem mais literária, criando personagens e acrescentando um toque ficcional a seus relatos, fazendo com que a crônica se aproximasse do conto” (IDEM, 2005, p. 9).

Além da importância e contribuição de Machado de Assis e João do Rio para a crônica brasileira, surge com o modernismo e por conseguinte com a literatura contemporânea uma nova geração de cronistas brasileiros: Cecília Meireles, Rubem Braga, Nelson Rodrigues, Luís Fernando Veríssimo, Fernando Sabino, entre outros, os quais são importantes para produção de crônicas e para inserção dela como gênero literário.

Não poderia deixar de mencionar a escritora Rachel de Queiroz que além de ter escritos romances e outros gêneros literários, se destacou na produção de crônicas. Ela

escreveu mais de 2 mil crônicas, as quais trazem à tona suas memórias de infância, seu cotidiano, sentimentos, assuntos relacionados ao seu país e a seu lugar de vivência.

Ademais, a crônica por ter iniciado sua divulgação no jornal, apresentava a mesma transitoriedade do jornal, como bem afirma Sá (1987):

Esse seu lado efêmero de quem nasce no começo de uma leitura e morre antes que se acabe o dia, no instante em que o leitor transforma as páginas (do jornal) em papel de embrulho, ou guarda os recortes que mais lhe interessam num arquivo pessoal. O jornal, portanto, nasce, envelhece e morre a cada 24 horas. Nesse contexto, a crônica também assume essa transitoriedade, dirigindo-se inicialmente a leitores apressados, que leem nos pequenos intervalos da luta diária, no transporte ou raro momento de trégua que a televisão lhes permite. Sua elaboração também se prende a essa urgência: o cronista dispõe de pouco tempo para preparar seu texto, criando-o, muitas vezes, na sala enfumaçada de uma redação. Mesmo quando trabalha no conforto e no silêncio de sua casa, ele é premido pela correria com que se faz um jornal [...]. À pressa de escrever, junta-se a de viver. Os acontecimentos são extremamente rápidos, e o cronista precisa de um ritmo ágil para poder acompanhá-los. Por isso a sua sintaxe lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito (IDEM, 1987, p.10-11).

Essas características da crônica citadas por Sá (1987) fizeram com que ela fosse bem aceita entre o público leitor, fazendo com que a crônica se popularizasse. Conseqüentemente ela não passou despercebida, inclusive depois que esse gênero começou a ser colocado nos livros e atualmente, graças aos avanços tecnológicos, as crônicas também podem ser lidas na internet (blogs, livros digitais, etc), fazendo com que se eternizem como qualquer outro gênero literário.

Nota-se pelas falas dos autores já mencionados, que ainda existem divergências quanto à definição da crônica, principalmente pelo fato de ser um gênero que apresenta traços híbridos, transitando entre a História, o jornalismo e a Literatura; no entanto, não se pode negar, que a crônica apresenta traços literários.

De acordo com Coutinho (1988):

Enquanto o jornalismo tem no fato seu objetivo, seu fim, para a crônica o fato só vale, nas vezes em que ela o utiliza, como meio ou pretexto, de que o artista retira o máximo partido, com as virtuosidades de seu estilo, de seu espírito, de sua graça, de suas faculdades inventivas. A crônica é na essência uma forma de arte, arte da palavra, a que se liga forte dose de lirismo (IDEM, 1988, p. 305).

Consta-se portanto, que o lirismo, a sensibilidade, poeticidade, imaginação, entre outros atributos da crônica já mencionados aqui, só comprovam o quanto essa arte da palavra usada no gênero crônica, citada por Coutinho (1988), faz dela um gênero literário,

merecendo portanto, a mesma valorização dos outros gêneros literários (romance, conto, entre outros).

Esses atributos da crônica são mencionados também por Candido (2003), quando afirma que:

Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despreensão, humaniza e esta humanização lhe permite, como compensação sorradeira, recuperar com a outra mão certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição (CANDIDO, 2003, p. 13-14).

Portanto, percebe-se a partir da citação de Candido (2003) e de toda trajetória da crônica discutida nesse estudo, que a crônica é um gênero importante como qualquer outro gênero literário, tendo em vista fomentar a sensibilidade e a reflexão do leitor sobre a sociedade, auxiliando assim na promoção da humanização.

4 O SURGIMENTO DO CONCEITO DE INFÂNCIA

A ideia de criança e o cuidado com a infância passaram a ser vistas como tal recentemente. O conceito de infância surgiu no século XV na Idade Moderna e vai adquirindo novos significados ao longo dos séculos. Desse modo, se faz necessário para este estudo, um resgate do surgimento da concepção de infância e suas mudanças ao longo dos tempos.

Por muito tempo (até a Idade Média) as crianças ficaram esquecidas por todos, inclusive por seus próprios pais. “No mundo medieval a criança é, numa palavra, invisível” (POSTMAN, p.33). Eram tratados como adultos em miniatura. Quando os adultos percebiam que as crianças tinham alguma autonomia, já as mandavam para ajudar nos trabalhos de casa ou ter outras atribuições consideradas de adulto. Elas não tinham momentos de lazer, brincadeiras, afeto, coisas necessárias para o desenvolvimento das crianças. A situação piorava ainda mais para crianças que eram pobres, órfãs, abandonadas ou crianças de rua, pois muitas destas, não tinham nem o mínimo, que é a moradia e alimentação.

Conforme Ariès:

[...]No mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XVIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido” [...] essa recusa em aceitar na arte a morfologia infantil e

encontrada, aliás, na maioria das civilizações arcaicas (IDEM, 1978, p. 51-52).

Na Idade Média, por exemplo, não se tinha nenhum cuidado com a infância, inclusive quando as crianças morriam, muitos pais e mães não demonstravam nenhum sentimento pela perda, achavam até mesmo algo normal. O afeto para com essa fase do ser humano era praticamente inexistente.

Isto é explicado por Ariès (1978, p. 56-57) no trecho:

As pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual. Isso explica algumas palavras que chocam nossa sensibilidade moderna, como estas de Montaigne “Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero”, ou estas de Molière, a respeito de Louison de Le Malade Imaginaire “A pequena não conta.” A opinião comum devia, como Montaigne, “não reconhecer nas crianças, nem forma reconhecível no corpo” (IDEM, 1978, p. 56-57)

Ainda segundo esse autor, não existia representação da infância na época; inclusive ela só começa a ser tematizada por volta do século XII (ARIÉS, 1978). Ainda de acordo com Ariès (1978): [...] à arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse a incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÉS, 1978, p. 50).

No século XV começa a surgir uma concepção de infância, isto é, a criança como ser inacabado; a partir daí os adultos começaram a ver as crianças como seres diferentes dos adultos e que necessitavam de um tratamento adequado para sobreviver, precisando assim, do auxílio dos adultos.

Isso é corroborado por Passetti *apud* Henick e Faria (2015):

A partir do Renascimento Italiano no século XV, ocorre uma diferença quanto à descoberta da infância, no qual a criança passa a ser vista como, [...] um ser inacabado, vista como um corpo que precisa de outros corpos para sobreviver, desde a satisfação de suas necessidades mais elementares, como alimentar-se. Os primeiros anos de vida são para ela, o tempo das aprendizagens do meio que a cerca. Brinca com outras crianças da sua mesma idade e até maiores do que ela; arrisca-se em busca de saberes que lhe poderão ser úteis para viver em comunidade (IDEM, 2015, p. 25826).

No Brasil a questão da infância também vai perpassar por momentos históricos. No Brasil colônia, a criança é vista pelos jesuítas como seres dotados de inocência, os quais eram parecidos com o Menino Jesus, sendo necessário que fossem convertidos e ensinados ao bom caminho ainda na infância, antes que chegasse na puberdade, pois essa era uma etapa de descoberta do mal e do bem, e assim poderiam ser corrompidos pelos maus caminhos dos adultos.

Isso é corroborado por Souza Neto (2000, p.105) quando afirma que os jesuítas consideravam que “a puberdade era entendida como o momento da passagem da inocência original da infância à idade perigosa do conhecimento do bem e do mal, em que a criança assumiria o comportamento do adulto”.

Os jesuítas utilizavam disso para formular o seu projeto pedagógico de colonização, a partir da conversão das crianças indígenas, utilizando da docilidade das crianças para o projeto de propagação da fé cristã. Esse projeto também serviu para exploração e negação da cultura indígena pelos colonizadores. Por sua vez, as crianças que não se enquadrassem nesse modelo de educação, e não se convertessem, eram considerados seres diabólicos. Observa-se que as crianças não eram vistas como seres que tinham sentimentos, mas sim como seres, nos quais a religião moldava.

Mesmo com esse modelo de educação, os jesuítas não enquadraram todos os tipos de crianças (abandonadas, órfãos, etc) e por conseguinte, o Estado não tinha propostas para inserir as crianças pobres no meio da sociedade; isso tudo auxiliou para o aumento do abandono, principalmente a partir do século XVIII. Assim, muitas mulheres (mulheres pobres, mulheres que tinham filhos fora do casamento, entre outras) por não terem condições de criar seus filhos os abandonavam na rua, aumentando assim, os problemas sociais: crianças abandonadas, órfãos, mortalidade infantil, trabalho infantil, fome, entre outros; contribuindo para que a infância destas crianças fosse “roubada”.

Neste contexto, surgem ainda no Brasil Colônia, algumas instituições religiosas em parceria com o Estado para abrigar as crianças abandonadas, são elas, as rodas dos expostos.² Mesmo após a Independência do Brasil, estas rodas, perduraram até por volta do século XIX, tendo em vista não serem mais do interesse do Estado, porque tinham recebido muitas críticas dos higienistas, pela falta de higienização, acarretando no aumento da morte de crianças (HENICK E FARIA, 2015).

É só no século XVII que surge no mundo uma nova concepção de infância, na qual os pais começam a ver as crianças como engraçadinhas e assim iniciam um processo de “paparicação”, logo passam a ter uma maior atenção e afeto dos adultos. Assim, os adultos passam a considerar as crianças “bobinhas”, e, portanto, elas passam a ser um

²Esta roda era uma espécie de dispositivo onde eram colocados os bebês abandonados por quem desejasse fazê-lo. Apresentava uma forma cilíndrica, dividida ao meio, sendo fixada no muro ou na janela da instituição. O bebê era colocado numa das partes desse mecanismo que tinha uma abertura externa. Depois, a roda era girada para o outro lado do muro ou da janela, possibilitando a entrada da criança para dentro da instituição. Prosseguindo o ritual, era puxada uma cordinha com uma sineta, pela pessoa que havia trazido a criança, a fim de avisar o vigilante ou a rodeira dessa chegada, e imediatamente a mesma se retirava do local (PASSETI, s/a, p. 9 apud HENICK E FARIA, 2015, p.25830).

passatempo, isto é, tornam-se um atrativo para os adultos. Sobre o processo de paparicação, Ariés (1978, p. 158) afirma que: “[...] a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para os adultos, um sentimento que poderíamos chamar de “paparicação”.

Mesmo que a partir século XV existisse um maior cuidado com a infância, é só no século XX que de fato a sociedade começou a ver a infância como uma etapa importante para o desenvolvimento do ser humano, logo, a criança deveria ter seus direitos assegurados (direito à moradia, alimentação, educação, brincar, afeto, etc.). Para isso, é criada a Declaração Universal dos Direitos da Criança, com o objetivo de garantir uma infância segura para todas as crianças do mundo. Afinal de contas, as crianças também são cidadãos, logo, devem ter sua cidadania garantida.

Esse documento foi criado em 1956 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Foi criado no contexto das mudanças advindas do pós-guerra, sendo um momento histórico, no qual estava em efervescência à construção dos direitos humanos universais. Desse modo, o documento é um marco político para concepção de infância, buscando a universalização dos direitos das crianças.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança apresenta 10 princípios:

1º Princípio – Todas as crianças são credoras destes direitos, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, condição social ou nacionalidade, quer sua ou de sua família. 2º Princípio – A criança tem o direito de ser compreendida e protegida, e devem ter oportunidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. As leis devem levar em conta os melhores interesses da criança. 3º Princípio – Toda criança tem direito a um nome e a uma nacionalidade. 4º Princípio – A criança tem direito a crescer e criar-se com saúde, alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas, e à mãe devem ser proporcionados cuidados e proteção especiais, incluindo cuidados médicos antes e depois do parto. 5º Princípio - A criança incapacitada física ou mentalmente tem direito à educação e cuidados especiais. 6º Princípio – A criança tem direito ao amor e à compreensão, e deve crescer, sempre que possível, sob a proteção dos pais, num ambiente de afeto e de segurança moral e material para desenvolver a sua personalidade. A sociedade e as autoridades públicas devem propiciar cuidados especiais às crianças sem família e àquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas. 7º Princípio – A criança tem direito à educação, para desenvolver as suas aptidões, sua capacidade para emitir juízo, seus sentimentos, e seu senso de responsabilidade moral e social. Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais. A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito. 8º Princípio - A criança, em quaisquer circunstâncias, deve estar entre os primeiros a receber proteção e socorro. 9º Princípio – A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, abandono, crueldade e exploração. Não deve trabalhar quando isto atrapalhar a sua

educação, o seu desenvolvimento e a sua saúde mental ou moral. 10º Princípio – A criança deve ser criada num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DO DIREITOS DA CRIANÇA, 1959).

Mesmo com esses avanços, na prática muitas crianças pelo mundo afora ainda não têm seus direitos assegurados, isso ocorre, principalmente em países subdesenvolvidos e emergentes. Além disso, países que enfrentam atualmente guerras civis, geram prejuízo para toda população, inclusive para as crianças, tendo em vista que muitas delas, além dos traumas por causa da guerra, ainda tem que enfrentar outros problemas advindos da guerra, como por exemplo, a crise dos refugiados.

No Brasil, no século XX, surge em 1964 a FEBEM (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor); servindo como local para crianças órfãos, abandonadas, crianças que cometiam algum “delito” e eram levadas para lá para serem socializadas, ou filhos de pessoas pobres que os mandavam para lá com a esperança que os filhos “dessem para gente”, isto é, ter uma vida melhor.

De acordo com as autoras, Henick e Faria (2015):

Em vários Estados foram instaladas as FEBEM's (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor) que tinham como objetivo, substituir os antigos “Aprendizados de Menores”, para adequar a assistência que antes era quase exclusiva da Igreja, como exemplo as rodas dos expostos e as casas de misericórdia (IDEM, 2015. p.25831).

Mesmo a FEBEM sendo um órgão que tinha como objetivo dar assistência social para as crianças e adolescentes mais vulneráveis, na prática a instituição não gerou o efeito desejado, pois em muitas instituições da FEBEM, existia um autoritarismo (tendo em vista que foi criada no contexto da Ditadura Militar no Brasil, e servia mais como um órgão de segurança nacional, do que de fato para dar assistência para o menor vulnerável), ocorria maus tratos ou as crianças não tinham os seus direitos assegurados (lazer, brincar, boa alimentação, afeto, etc), inclusive muitas crianças fugiam da instituição, entre outras problemáticas.

Com a Constituição Federal de 1988, considerada como a Constituição Cidadã, os direitos da infância e da adolescência no Brasil começam a ser levados em maior consideração. Assim sendo, a infância é vista como uma fase da vida que requer cuidados da família e toda sociedade. Por conseguinte foi criada em 1990 a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com o advento

do ECA, é extinta a FEBEM nos anos 1990, surgindo formas mais coerentes de assistência ao menor.

Conforme o ECA em seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

A partir daí, surgem outras leis e órgãos do Estado para poder dar assistência para as crianças e adolescentes, e assim seus direitos serem preservados. Sobre isso, as autoras, Henick e Faria (2015) afirmam que:

A partir da Constituição [de 1988], em 1993 tem-se a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742, que regulamenta e estabelece normas e critérios para a organização da assistência social em prol da infância, à adolescência e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, entre outros que estão instituídos no documento. Com a implementação dessas e outras Leis, é que o Estado assume suas responsabilidades sobre a assistência de crianças e adolescentes, tornando-se sujeitos de Direitos (IDEM, 2015. p.25831).

Consta-se, portanto, que a concepção de infância é perpassada por momentos históricos e sociais diferentes em cada cultura e país, e que mesmo com o surgimento e evolução da concepção de infância no decorrer dos séculos (onde a criança passa a ser vista como um ser dotado de direitos, as quais precisam de cuidado), ainda se percebe que tem muito o que melhorar.

Isso é notório em nosso país, pois mesmo com leis que buscam assegurar os direitos das crianças e adolescentes, ainda existem muita pobreza, trabalho infantil, maus tratos, abusos sexuais, entre outros; problemas sociais que acabam “roubando” a infância de muitas crianças Brasil afora, necessitando de políticas públicas mais eficientes que garantam os direitos de todos, principalmente de pessoas que passem por vulnerabilidade social. Ademais, todos (família, sociedade e Estado) devem fazer sua parte para promoção de uma infância digna para todas as crianças do Brasil.

4.1 REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA NA LITERATURA

Antes de adentrar a questão da infância na Literatura, se faz necessário mencionar a questão da representação na literatura, tendo em vista que “a representação é uma ação dos seres humanos que também é transportada pela Literatura. A Literatura é um elemento

suscetível à proliferação de elementos representativos ou de caráter de representação cultural” (SIMON, 2018, p. 69).

Ainda segundo a autora:

A Literatura, em seu lugar pressuposta de um elemento da arte, representa o homem no seu espaço, com a sua cultura, com a sua vivência cultural. Ela, enquanto espaço de registro, consolida, solidifica as experiências humanas e as mantém vivas e atravessando gerações (SIMON, 2018, p. 69).

Assim sendo, pelo fato de a literatura poder representar diferentes culturas e sociedades, ela é uma ferramenta que permite diferentes abordagens ou representações dos seres humanos, logo é suscetível a representar a infância.

Por sua vez, da mesma forma que a concepção de infância esteve relacionada às questões sociais de cada época. Na literatura não seria diferente, tendo em vista que esta também vai retratar culturas de cada momento histórico. Logo, a infância foi sendo retratada de forma diferente em cada período literário.

De acordo com Simon (2018):

A Literatura é um projetor social de cada época e torna-se um elemento que abre caminho para a discussão e formulação de questões importantes para a compreensão do mundo social no qual ela está inserida. A Literatura carrega consigo, através dos tempos, pensamentos, ideologias, conceitos de cada tempo e espaço social habitado e transformado pelas ações dos seres humanos (IDEM, 2018, p. 69).

Desse modo, a criança é retratada na literatura em diferentes períodos, contudo, inicialmente de forma mais discreta e/ou como “coadjuvante”, isto é, de forma passiva nas narrativas, pois elas foram por muito tempo retratadas por meio de uma infância feliz (algo que de fato não acontece com todas as crianças) ou não era dada voz a criança, isto é, não eram representadas como sujeitos de direitos.

Ademais, até o século XVIII não existiam literatura para as crianças (mesmo sendo a partir do século XV que surge uma primeira concepção de infância), sendo a partir desse momento que surge uma literatura denominada de literatura infantil, todavia ainda era muito incipiente, pois inicia-se com um viés moralista ou não eram histórias condizentes para o público infantil.

No século XVIII tem-se a publicação dos contos infantis do autor francês Charles Perrault (ele considerado o precursor da literatura infantil mundial), entre esses contos têm-se: “Chapeuzinho Vermelho”, “Pequeno Polegar”, “Bela Adormecida”, “Barba Azul”, etc. Todavia, mesmo sendo obras consideradas para crianças, muitas vezes não

existiam personagens que representavam crianças e nem sempre eram histórias apropriadas para esse público; pode-se citar por exemplo, o conto “Barba Azul”, que é um homem violento que tem uma esposa que fica curiosa em abrir um dos cômodos da casa, e acaba descobrindo que no quarto que Barba Azul a proíbe de abrir, existem cadáveres das ex-esposas que ele mesmo matou. Observa-se com isso, que nesse período não existia uma maturidade do conceito de infância como é conhecido atualmente.

Alguns desses contos foram reunidos em uma coletânea pelos “Irmãos Grimm”, os alemães Jacob e Wilhelm Grimm, em 1812; posteriormente ocorre uma adaptação desses contos, no qual eles fazem uma versão mais acessível às crianças, dando uma visão mais romantizada às histórias.

Segundo Costa (2019):

Charles Perrault mantém em seus contos traços classicistas, são mais racionais (razão vem antes da emoção,) com uma literatura direta e simples; já os contos dos irmãos Grimm trazem uma predominância romântica, com uma literatura mais fantasiosa e subjetiva; acrescentou-se a eles um final feliz. É justamente nesses textos dos alemães, que se encontram as características literárias românticas, tais como o escapismo, o culto ao fantástico, o subjetivismo, a idealização da mulher, a natureza como tema poético, o culto aos ideais da Idade Média e o egocentrismo (IDEM, 2019, p. 86).

Logo, mesmo que tenha ocorrido uma adaptação desses contos, nos quais ficaram mais acessíveis para a idade das crianças, nota-se que foram adaptados para agradar a burguesia, igreja e Estado, com um viés mais moralizante, trazendo nos contos enredos idealizados e convenientes para os interesses da sociedade vigente.

É a partir do século XIX que começa a ter obras nas quais aparecem uma maior representatividade de personagens infantis. No contexto literário mundial, pode-se citar obras com personagens infantis, como “A princesinha”, 1805, de Frances Burnett, com a personagem “Sara Crewe”; a obra *The adventures of Huckleberry Finn*, 1885, de Mark Twain, com o personagem Huckleberry Finn; a obra *Oliver Twist*, 1837, de Charles Dickens, com o personagem Oliver Twist; a obra “Alice no País das Maravilhas, 1865, de Lewis Carroll, com a personagem “Alice”, “O Jardim Secreto, de 1911, de Frances Burnett; “O Pequeno Príncipe”, 1943, de Antoine de Saint-Exupéry, entre outros.

No que se refere à infância na literatura brasileira, ela é mostrada do Romantismo ao período contemporâneo, surgindo de forma mais intensa no final do século XIX. Por sua vez, “a poesia romântica já delimitava a infância como o tempo a ser lembrado, de uma inocência a ser perseguida [...]” (MATA, 2006, p.11). Além disso, na prosa romântica brasileira existiam poucas exceções da representação da infância, como por

exemplo “uma breve passagem em *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, ou a da primeira parte de *Memórias de um Sargento de milícias* de Manuel Antônio de Almeida” [...]” (MATA, 2006, p.11).

No período realista, é o romance *O Ateneu* que inaugura o primeiro protagonista infantil na literatura brasileira. “Em 1888, Raul Pompéia lançava “O Ateneu”, romance de formação em que Sérgio sai de casa para encontrar o mundo no internado, e que tematiza também o embate entre o universo da criança e o universo do adulto” (MATA, 2006, p.10).

No século XX, têm-se como exemplos os seguintes escritores que retratam a infância: Graciliano Ramos com a obra *Infância* (1945), José Lins do Rego com as obras *Menino de Engenho* (1932) e *Doidinho* (1933), tendo como personagem principal a criança “Carlinhos ou Carlos de Melo; Capitães *da Areia* (1937), de Jorge Amado, que retrata o cotidiano de meninos de rua, na cidade de Salvador-BA, entre outros; os quais discutem a infância através das relações de medo, violência e descobertas da puberdade.

Segundo Mata (2006):

A infância foi explorada por realistas e modernistas como passagem para a vida adulta. Basta vermos a prosa (romanesca e, principalmente, contística) de um Mário de Andrade, passando por José Lins do Rego, Graciliano Ramos e, é claro, Guimarães Rosa. A literatura brasileira dispensa significativa atenção para a temática da infância, sem jamais tratar o infante como um homem ou uma mulher em si. Ele é corpo ou alma puros, que são violados pelo mundo para, quase sempre, resultarem num adulto. A infância é construída a partir dos entalhes feitos sobre a pedra bruta. Como artífices da escultura, os escritores acabam tendo como modelo, ao retratar a criança, o adulto que ele será ou o adulto que ele não é, com quem ele contracenava (IDEM, 2006, p. 12-13).

Neste âmbito, geralmente esses autores retratavam a criança mediante a projeção de crianças que já foram ou adultos que são ou que desejavam ser. Isso pode ser observado nas referidas obras de Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Raul Pompeia. Por sua vez, diferentemente dos personagens “Carlinhos, Sérgio e Carlos de Melo, as crianças de *Capitães da Areia* são meninos abandonados, marginalizados, culpados, taxados como delinquentes e criminosos perigosos, os capitães da areia exercem força e poder através da violência[...]” (SIMON, 2018, p.41).

É notório que a representação da criança e da infância em boa parte dos textos literários do século XIX e meados do século XX é pautada em uma infância, na qual, a sociedade, Estado e família não compreendem a singularidade infantil. Ademais, em boa parte dos personagens infantis, existia a representação da criança através de uma

estigmatização social e de estereotipificação. Assim sendo, “A criança é coisificada pela violência física e simbólica que a atingiu dentro da própria família e da sociedade, a criança foi constituída ao longo da História e da Literatura Brasileira como coisa, um objeto de posse” (SIMON, 2018, p.41).

Todavia, a demonstração desses tipos de violência sofridas por personagens infantis mostradas por diversos autores no período acima citado serviram também como denúncia ao “mito da infância feliz”.

Além disso, ainda no contexto da literatura modernista brasileira existiram autores que iniciam a representação da infância pelo viés puramente de denúncia social e/ou crítica social, indo na contramão da “representação da infância feliz”. Pode-se citar a escritora Rachel de Queiroz que tanto em alguns romances, quanto em crônicas, traz à tona a realidade das dificuldades enfrentadas por crianças brasileiras nas primeiras décadas do século XX. Por exemplo, na obra *O quinze* de 1930, “Representam-se crianças que vivem a realidade da seca. O enfoque maior é dado aos filhos de um casal de retirantes, chamados Chico Bento e Cordulina. Chico Bento e Cordulina têm cinco filhos (SILVA e TOMÁZ, 2013, p.127)”.

Ainda segundo as autoras Silva e Tomás (2013):

[...] Podemos perceber que o narrador de, *O Quinze*, mostra a percepção de infância que se tinha no cenário cearense no início do século XX. Percebemos que a criança já tem seu lugar no seio da família e que recebe um pouco mais de atenção por parte dos pais do que as crianças do período da Idade Média, embora as circunstâncias desfavoreçam isso. Podemos perceber isso quando ocorre a morte de um dos filhos de Chico Bento e Cordulina, o Josias, pois os pais demonstram muita dor e tristeza pela perda do filho [...] (IDEM, 2013, p.128).

Contudo, mesmo com as mudanças advindas para as crianças no século XX, ainda se percebe que existia e continua existindo algo parecido com a questão da “ausência de infância” presente na Idade Média, no que tange a falta de afeto dos pais e a criança continuar a fazer tarefas de adultos. Isso ainda é muito presente em classes menos favorecidas, que muitas vezes não têm tempo e muito menos condições financeiras de dar o melhor para seus filhos. Logo, existem raízes históricas do descaso para com as crianças.

Isso é corroborado pela autoras Silva e Tomás (2013) quando afirmam que:

Por mais que na modernidade prevaleça uma maior preocupação com o período da infância, que está bastante presente no modelo familiar burguês, ainda encontramos descaso em relação à infância. Isso se deve ao fato de que a significativa mudança de sentimento e atitude em relação a criança ocorreu na

burguesia, já no proletariado a situação continuava a mesma, a criança permanecia entre o seu grupo, misturada com os adultos, trabalhava cedo e não recebia muita atenção por parte dos adultos (IDEM, 2013, p.130-13).

Isto posto, percebe-se que “a fragilidade da infância foi e continua sendo artifício retórico poderoso em nossa cultura” (LAJOLO, 2011, p. 234). Constatase que a questão da desigualdade social é algo que vai diferenciar essa mudança de concepção de infância no século XX aos dias contemporâneos, tendo em vista ser presente em muitos lares brasileiros de pessoas pobres a falta de condições financeiras, acarretadas pela ausência do Estado e pela opressão gerada pelo sistema capitalista, que repercutem para que os pais não garantam os direitos da infância para suas crianças.

Neste contexto, no que se refere a literatura infantil no Brasil, ela iniciou-se no século XIX, porém de forma modesta, e era basicamente a tradução ou adaptação de obras estrangeiras; sendo “o texto literário um viés pedagógico, repetindo-se aqui o processo ocorrido na Europa um século antes” (ZILBERMAN, 2003).

Essa literatura vai tomar um enfoque maior a partir de 1920, tendo como pioneirismo, o escritor Monteiro Lobato. Mesmo tendo esse pioneirismo e sabendo de sua importância para a Literatura infantil não se pode esquecer que as obras de Lobato apresentam algumas passagens preconceituosas, principalmente de cunho racista, sendo necessário o cuidado e senso crítico do mediador da leitura (professores, pais, etc) na inserção das obras dele para o público infantil.

Monteiro Lobato escreveu várias obras voltadas para o público infantil, a primeira delas foi *Narizinho Arrebitado* (1921) que deu origem a história do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*; tiveram outras, *As reinações de Narizinho* (1931), *As memórias de Emília* (1936), entre outras, todas ambientadas no célebre *Sítio do Pica-Pau Amarelo*. Obras que trazem personagens crianças, como “Narizinho”, “a Boneca Emília”, “Pedrinho” e outros personagens adultos, entre eles “Dona Benta”, “tia Nastácia”, etc; personagens, que estão no imaginário popular de muitos brasileiros. Lobato traz em suas obras toda uma brasilidade, a qual valoriza a cultura brasileira, através principalmente de temas relacionados ao folclore brasileiro. Além do conhecimento do Brasil, seus personagens se conectam com o mundo através da imaginação, com personagens míticos gregos e de outros povos. Portanto, suas obras são muito importantes para a representação da criança e, por conseguinte, da construção de uma literatura infantil brasileira.

Após o pioneirismo de Monteiro Lobato, no decorrer das décadas seguintes surge cada vez mais uma literatura infantil rica e diversificada para o público infantojuvenil.

Logo, na literatura contemporânea observa-se uma maior popularização de obras que retratam as crianças como sujeitos de direitos, levando em consideração o desenvolvimento cognitivo da criança. Dessa forma, existem diversos gêneros literários, como contos, romances, poesias, entre outros, que são destinados ao público infantil e/ou representam a infância; entre os autores tem-se Ziraldo Alves Pinto, Ana Maria Machado, Maurício de Souza, Ruth Rocha, Lygia Bojunga, etc, os quais são nomes importantes da literatura contemporânea para o público infantil.

5 RACHEL DE QUEIROZ E SUAS CRÔNICAS

Rachel de Queiroz foi escritora, jornalista, tradutora e teatróloga. Nasceu no dia 17 de novembro de 1910 em Fortaleza-CE. Filha de Clotilde Franklin e Daniel de Queiroz. Rachel de Queiroz tinha apenas 45 dias de nascida, quando seus pais se mudaram para morar na fazenda Junco, em Quixadá-CE. Seu pai se mudou para exercer o cargo de juiz em Quixadá. É nessa cidade interiorana, e conseqüentemente sua vida no Nordeste, que ela vai adquirir experiências e memórias que serviram como conteúdo para seus escritos. Em 1913 eles voltam para Fortaleza para o pai exercer o cargo de promotor.

Sobre sua vida e de sua família, Rachel de Queiroz em coautoria com sua irmã Maria Luiza Queiroz escreveram o livro *Tantos anos*. Neste, temos o seguinte trecho, no qual Rachel fala sobre as profissões do seu pai:

Papai tinha deixado de ser juiz no interior e foi ser promotor em Fortaleza. Com aqueles nervos delicados dele, quando tinha que acusar uma pessoa passava uma semana sem comer, sem dormir, completamente neurótico. Apavorado de cometer uma injustiça. As piscadas do papai eram sempre generosas: ele tinha medo de ficar doido, matar os outros, de acusar alguém e estar errado. Papai era uma alma extremamente ética e, insisto, generosa. Então, não aguentou ser promotor e resolveu ser professor de Geografia (QUEIROZ; QUEIROZ, 2010, p. 16).

A autora, ao narrar sua lembrança da infância, enfatiza as inquietações do pai ao ser justo na sentença. Pode-se notar também que essa premissa de justiça está muito presente em suas obras literárias. Portanto, é notório que Rachel de Queiroz apresenta memórias afetivas vivas, trazendo para o leitor uma leitura singular ao acessar suas memórias. Suas narrativas transportam o leitor para dentro das obras. Percebe-se também que existe uma relação intrínseca entre o campo literário e uma necessidade de apresentar sua opinião ao falar sobre a infância, a família e o sertão.

Em 1917, aos seis anos de idade, ela foi com sua família morar no Rio Janeiro, em virtude da seca que estava assolando o Nordeste desde 1915. Eles passaram aproximadamente seis meses no Rio de Janeiro. No mesmo ano, seu pai vai exercer o cargo de juiz no Pará.

Segundo a própria Rachel de Queiroz:

Em 1915, papai já deixara a cidade e estava muito interessado no sertão, onde mandara fazer umas plantações de arroz. Mas então veio a seca, ele perdeu a plantação e quase todo o gado. É a história que conto em *O Quinze*, embora na época eu só tivesse quatro anos. Mamãe sempre sonhou em ir para o Rio— como todas as moças daquela época — [...] Em 1917 viemos, pois, aqui para o Rio. Tio Eusébio herdara a banca de advocacia do dr. Daniel [...] Tio Eusébio era a pessoa mais brilhante, mais fascinante da família. Mamãe gostava muito dele. Ele escrevia sempre a papai, convidando a gente a vir para o Rio. Viemos. Primeiro, ficamos numa pensão do Catete [...] Mas mamãe não gostou de ficar em pensão e alugamos uma casa de vila na travessa da universidade, perto da rua do Conde de Bonfim, próximo à casa de tio Eusébio. Papai detestou ser advogado no Rio. Foi aí que recebeu um convite para ser juiz no Pará [...] Então papai resolveu largar tudo aqui e fomos para o Pará (QUEIROZ; QUEIROZ, 2010, p. 16-17).

Em 1919, voltaram para Fortaleza, onde Rachel estudou o curso normal no Colégio Imaculada Conceição. Diplomou-se em 1925, tornando-se professora aos 15 anos de idade. Sua carreira no jornal iniciou-se em Fortaleza quando tinha 17 anos, onde escreveu para o jornal “O Ceará”. Em 1939 voltou a morar no Rio de Janeiro e também escreveu para jornais de lá, como o “Diário de Notícias”, “O Jornal” e a revista “O Cruzeiro”. Também colaborou para os jornais de outros estados, como o jornal “O Estado de São Paulo” e o “Diário de Pernambuco”. Nesses jornais ela publica alguns romances e também várias crônicas.

Se consagra na literatura através da publicação em 1930 do seu primeiro romance, “O Quinze” (1930), obra que destaca a grande seca de 1915 que assolou o Nordeste brasileiro. Com essa obra ela ganhou em 1931 o prêmio da Fundação Graça Aranha. Essa obra foi lançada na Segunda fase do Modernismo, pertencente ao chamado “Romance regionalista de 30”.

Rachel casou-se com o poeta José Auto da Cruz Oliveira em 1932 e foram morar na Bahia, pois seu marido trabalhava como bancário no Banco do Brasil. Quando Rachel engravida volta para o Ceará para ter a filha Clotilde perto da família. Sua filha nasceu em setembro de 1933. Um mês após o nascimento da filha, seu marido é transferido para trabalhar no Rio de Janeiro, indo portanto morar lá. Em 1934, José Auto foi transferido para Maceió. É aí que Rachel sofre uma das maiores perdas de sua vida, à morte de sua filha que não resistiu a uma meningite, morrendo em fevereiro de 1935. No mesmo ano,

ela perde também um irmão. Em 1939 Rachel se separa de José Auto. Em 1940 casou-se com o médico Oyama de Macedo e foram morar na Ilha do Governador-RJ e também moraram no Bairro da Glória-RJ; lugares que moraram por bastante tempo. Ficou viúva em 1982.

Rachel foi atuante também na política, pois ela fundou o Partido comunista no Nordeste e por esse motivo foi presa por defender ideias esquerdistas. Ela afirma no livro “Tantos anos” que: “Eu já estava metida com o partido, frequentando reuniões secretas. Fiquei no Ceará até 1932, quando voltei ao Rio. Eu tinha sido presa em Fortaleza, andava meio desgostosa e papai, para me consolar, me deu uma passagem de ida e volta para o Rio de Janeiro” (QUEIROZ; QUEIROZ, 2010, p. 51). Em 1964 apoiou a ditadura militar. Assim, Rachel, perpassa por ideais políticos, tanto de direita, quanto de esquerda.

Cabe destacar também, que além de vários prêmios que recebeu por seus escritos, Rachel também teve uma grande representatividade como mulher, pois foi uma mulher à frente de seu tempo, além disso, foi a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras e a primeira mulher a receber o Prêmio Camões em 1993.

Assim sendo, é um nome importante da literatura modernista, na qual, se destacou na escrita de romances regionalistas; entre as principais temáticas retratadas em seus escritos têm-se os problemas advindos da seca no nordeste brasileiro da época. Logo, é uma escritora de grande importância para a literatura brasileira, a qual deixou um grande legado: romances, milhares de crônicas, peças de teatro e livros infantojuvenis. Morreu em 2003 no Rio de Janeiro, com 92 anos de idade. Ademais, por ter tido uma longa carreira, suas obras perpassam pelo período modernista e contemporâneo.

Neste contexto, também foi uma exímia cronista, publicando mais de duas mil crônicas. Entre as suas coletâneas de crônicas, tem-se o livro “Rachel de Queiroz: cenas brasileiras”, do qual foram tiradas as crônicas selecionadas para este estudo. No prefácio desse livro, a autora afirma que: “As crônicas revelam minha biografia[...] [...] Quando vêm me importunar com a exigência (que eu detesto) de escrever minhas memórias, a resposta que dou é sempre a mesma: quem quiser me saber a biografia, leia as minhas crônicas” (QUEIROZ, 2002, p. 3).

As crônicas de Rachel de Queiroz trazem à tona suas memórias de infância, seu cotidiano, sentimentos, assuntos relacionados ao seu país e a seu lugar de vivência. Afinal de contas: “O cronista, quase invariavelmente, tira o tema dos comentários que faz do seu próprio cotidiano, ou do assunto do dia no país, na cidade, no seu bairro. Até da sua casa, da sua estante de livros (QUEIROZ, 2002, p. 3).

Ainda sobre a inspiração para escrita de suas crônicas, a autora afirma que:

E tudo que comento, que canto e que exploro, foi tirado de meu dia a dia: o menino que trouxe uma flor, o espetáculo de teatro a que assisti, as memórias de infância, as lembranças e apelos do Ceará, sempre me cantando no sangue. E os fatos políticos, já que sou essencialmente um animal político, sempre me interessam apaixonadamente por tudo que acontece nessa área, seja na minha província, no meu município, no meu país ou no resto do mundo. Também os sentimentos, angústias e esperanças, alvoroços de coração, saudades, perdas, promessas, e alegrias, tudo isso aparece na crônica, aberta ou disfarçadamente— compete ao leitor inteligente desvendar nas entrelinhas. Ou constatar na frase aberta (QUEIROZ, 2002, p. 3).

Portanto, os temas de suas crônicas e de suas obras como um todo, estão ligados principalmente às questões sociais de seu tempo e de seu cotidiano. Desse modo, suas obras estão marcadas por questões que permeiam a sociedade brasileira no século XX, como a seca, as desigualdades sociais, o coronelismo, a infância abandonada, a representação da mulher, etc; expondo assim, as transformações ocorridas no século XX, “mostrando que a autora se interessa por temas variados do cotidiano, compreendendo que o tempo contemporâneo é breve e efêmero” (SANTOS, 2009, p.4).

6 REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NAS CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ

As crônicas escolhidas para análise foram “Menino Pequeno”, “Os filhos que eu nunca tive” e “Neuma”. As duas primeiras crônicas foram escolhidas pelo fato de retratarem as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes brasileiros, discutindo, portanto, as desigualdades sociais enfrentadas por esses indivíduos. Já a crônica “Neuma” foi escolhida por mostrar uma temática oposta, tendo em vista que diferentemente das crônicas anteriores, mostra uma criança que tem sua infância preservada.

6.1 Crônica “Menino Pequeno”

A crônica “Menino Pequeno”, discute as questões sociais das crianças pobres no Brasil. A crônica se passa na Glória, no Rio Janeiro-RJ e foi escrita em 1956. Essa crônica é dividida em três partes, separadas por asteriscos. É narrada em terceira pessoa. Na primeira parte da crônica ocorre a descrição pela narradora da condição social do menino. Observa-se que ele é um menino pobre, de 6 anos de idade, desnutrido, filho de imigrante, não tendo, portanto, uma infância fácil. Observa-se isso no seguinte trecho:

Ele descia a ladeira e vinha só. De cor era branco, de tez era pálido – dessa brancura descorada de criança que não come vitamina, filho de imigrante pobre que não herdou as cores rosadas da gente da terra velha e não adquiriu ainda o moreno igualitário da terra nova. Num pé só, calçava um acalanhado sapato de lona. No outro, uma tira negra encordoada, que há tempos fora uma atadura. Vestia uma jardineira azul, que na certa pertencera a um menino mais velho, pois a barra das calças arrastava atrás; os bracinhos nus, ao frio da manhã sem sol, de tão arrepiados eram ásperos, azulados[...] Ele teria no máximo uns seis anos, levando-se em conta a desnutrição, o seu possível raquitismo de garoto pobre. Pois, se não fosse a carinha viva, pelo tamanho a gente diria que não passava de quatro (QUEIROZ, 2002, p.95).

Percebe-se, em seguida, um fato singular, a narradora fica impressionada com o fato da criança descer a rua com uma rosa na mão. É perceptível o “espanto” da narradora ao mencionar que o menino, mesmo não tendo uma vida fácil, desce a ladeira tendo o maior cuidado com sua rosa. Demonstrando assim, que apesar das dificuldades, o menino ainda cultivava a inocência das crianças.

É de notar que o pequeno, ao descer assim a ladeira empedrada, não ia à toa, tinha um propósito, embora singular. Porque na mãozinha suja como ele todo, carregava – calculem! – carregava uma rosa. Uma grande rosa cor-de-rosa propriamente dita, tão bela, tão preciosa, dessas que só medram em jardim de governo ou em jardim de rico, pétalas de porcelana, mal desabrochada, formosa, frágil como uma bolha de sabão. E o pequeno, evidentemente, tinha consciência daquela beleza e daquela fragilidade. Pois caminhava de leve, a mão direita que segurava a rosa era mantida rígida, embora um pouco trêmula, e a mão esquerda de vez em quando se erguia à frente para afastar da flor uma rajada de ar, ou qualquer perigo invisível – assim como a gente levanta a mão a fim de proteger a luz de uma vela (QUEIROZ, 2002, p.95).

Através da contemplação da rosa, o “Menino Pequeno” acaba realizando a fuga da realidade, minimizando seus anseios e problemas enfrentados no seu cotidiano, fazendo isso por meio de sua imaginação. Sobre a “fuga” da criança através da imaginação, o autor Bachelard (1996) afirma que:

A infância conhece a infelicidade pelos homens. Na solidão a criança pode acalmar seus sofrimentos. Ali ela se sente filha do cosmos, quando o mundo humano lhe deixa a paz. E é assim que nas suas solidões, desde que se torna dona dos seus devaneios, a criança conhece a ventura de sonhar, que será mais tarde a ventura dos poetas. Como não sentir que há comunicação entre a nossa solidão de sonhador e as solidões da infância? E não é à toa que, num devaneio tranquilo, seguimos muitas vezes a inclinação que nos restitui às nossas solidões de infância (IDEM, 1996, p.94).

Esse devaneio que Bachelard (1996) cita está relacionado à fantasia, imaginação e/ou sonhos, possibilitando a fugacidade das coisas. Portanto, são nos momentos

solitários que o “Menino pequeno” através de sua imaginação, acaba por fugir dos momentos difíceis vividos, permitindo que sonhe com algo melhor para sua vida, algo diferente da solidão que ele já enfrenta com a ausência de uma família que não lhe dê afeto, amor e proteção.

Além disso, há na crônica uma comparação da vida difícil do menino com a fragilidade da rosa, e ao mesmo tempo existe um contraste demonstrado pela beleza da rosa em contraposição à vida dessa criança, onde a beleza da sua infância foi roubada.

Sobre isso Pereira e Silva (2009) afirmam que:

O contraste continua através da caracterização da flor cujas pétalas de porcelana reforçam o ar de nobreza do vegetal em comparação com a aspereza dos bracinhos nus da criança em meio ao frio intenso. A despeito desses contrastes, o menino e a rosa se aproximam pela fragilidade que ambos apresentam (IDEM, 2009, p. 316).

A narradora em seguida pergunta “Para onde iria aquele menino com tais cuidados, carregando aquela rosa? Para dar, para entregar, ou para ficar com ela, embriagado pela enamorada alegria de ser dono do que é belo?” (QUEIROZ, 2002, p. 95). Percebe-se nesse trecho um cuidado maternal da narradora ao ficar preocupada com o destino do menino. Observa-se também que o menino, através dos momentos que fica “embriagado” com a beleza da rosa demonstra a inocência da criança que é; e a alegria com as coisas “simples” da vida.

A representação da infância nessa crônica de Rachel de Queiroz retrata as dificuldades enfrentadas por crianças brasileiras, diferente do que acontece na idealização da infância demonstrada no Romantismo literário. Como é visto nos versos do poema “Meus oito anos”, do poeta brasileiro Casimiro de Abreu: “Oh! que saudades que tenho da aurora da minha vida[...] Como são belos os dias do despontar da existência! —Respira a alma inocência como perfumes a flor; O mar é — lago sereno, o céu — um manto azulado, o mundo — um sonho dourado, a vida — um hino d’amor!” [...].

Segundo Silva e Tomás (2013):

Para Casimiro de Abreu a infância é um tempo feliz, por isso em seus versos ele coloca que tem saudades dela. E essa é uma representação de infância que é predominante na sociedade. Deveria realmente ser assim, mas existem muitas pessoas marcadas por uma infância infeliz. Vemos uma significativa mudança ao retratar a criança, saímos do que seria o ideal, o mais esperado para a infância que é a felicidade para nos deparar com uma forma de retratar a realidade dura que ela pode ser. A literatura passa a retratar a infância infeliz (IDEM, 2013, p. 129).

Esse mito da criança feliz não está presente apenas naquela época, ainda hoje percebe-se uma romantização da infância, esquecendo-se que nem todas as crianças de fato têm o direito de ser criança, pois muitas delas enfrentam dificuldades. Ademais, muitas crianças no Brasil e no mundo afora são esquecidas e/ou negligenciadas pelos próprios pais, sociedade e Estado.

Segundo as autoras Silva e Quadros (2015):

As amarguras e dores da infância muito frequentemente, na vida real, advêm de desajustes, medos, vergonhas e aflições que brotam do convívio da criança com seu entorno, das experiências relacionais com seus pares, com sua família, com integrantes da comunidade escolar da qual participam (IDEM, 2015, p.185).

Na segunda parte da crônica aparece uma intensificação da reflexão e indagação sobre a fragilidade da vida: “Quem seria mais frágil, o menino ou a rosa? Ah, quem pode dizer neste país quanto durará um menino? Aquele, aquele, azulado pelo frio na sua velha jardineira sem mangas, será que escapa da pneumonia, será que escapa da septicemia [...]” (QUEIROZ, 2002, p. 96). Existe assim, um questionamento sobre os altos índices de desigualdades presentes na década de 1950 (período de escrita da crônica) e, por conseguinte, a falta de políticas públicas que cuidasse da infância desamparada.

A narradora continua indagando “será que escapa da vida, menino sem dono, anão perdido na cidade grande? [...]” (QUEIROZ, 2002, p. 96). Demonstrando assim, que os problemas sociais relacionados à infância aumentam ainda mais, quando ocorrem o crescimento das cidades de forma desordenada, logo, quanto maior a cidade, maiores serão os problemas sociais, tendo em vista a negligência do Estado com a população mais carente.

Portanto, percebe-se que a crônica “Menino Pequeno”, traz uma reflexão sobre a realidade cruel vivida por crianças brasileiras não só naquela época, mas que permanece atualmente, na qual praticamente não existiam momentos bons, mas apenas dificuldades, tendo assim sua infância roubada.

Para completar seus questionamentos sobre a sociedade, a narradora de “Menino pequeno” afirma ainda que:

[...]Sim, sei que a gente nasce para morrer. Mas não tão cedo. Não tão depressa que não dê nem para sentir o gosto da vida[...]. Para que, afinal, a gente se organiza em sociedade, para que obedece às leis, para que aceita essa porção de contratos com a civilização[...] Se em troca nem ao menos se garante a chance de viver a um menino que nasce debaixo dessas leis? [...] por que ninguém lhe assegura, como todos os bichos da natureza aos seus filhotes, o sustento e a proteção enquanto deles carece? (QUEIROZ, 2002, p. 96-98).

Nota-se, nesse trecho da crônica, a comprovação de problemas sociais, como o desamparo social da criança, pobreza, isto é, as desigualdades sociais, desencadeadas pela própria sociedade capitalista e pelo Estado Neoliberal, que privilegia apenas os ricos. Entretanto, o Estado deveria promover uma igualdade social, tendo em vista que todos pagam impostos e são obrigados a cumprir as regras (leis) sociais, mesmo assim nem todos tem retorno, isto é, não tem os seus direitos preservados; como pode ser percebido no trecho da crônica: “Se em troca nem ao menos se garante a chance de viver a um menino que nasce debaixo dessas leis?” (QUEIROZ, 2002, p. 96-98).

Na última parte da crônica, a cronista faz uma analogia da efemeridade da rosa com a vida dessa criança pobre: “*Rose, elle a vécu se que vivent les roses...*” Ah, a eterna verdade cantada pela boca dos poetas. Quem teria vivido mais, meu Senhor, aquele menino ou aquela rosa?” (QUEIROZ, 2002, p.98).

Sobre a frase em francês presente no último trecho da crônica “Menino Pequeno”, as autoras Pereira e Silva (2009) afirmam que:

[...]Evoca o verso final do célebre poema de François Malherbe (1555- 1628), “Consolação a Du Périer”, que alude à perda da filha de seu amigo, poeticamente revelada através da comparação com a rosa e a manhã no que ambas têm de belo e de efêmero: “*Rose, elle a vécu se que vivent les roses...*” (Rosa, ela viveu o que vivem as rosas...) [...] (IDEM, 2009, p. 98).

Constata-se, portanto, que a narradora traz nesse último trecho uma conclusão da crônica, na qual mais uma vez, traz à tona a fragilidade/efemeridade do menino em analogia com a rosa. Refletindo assim sobre a incerteza da infância de muitas crianças brasileiras.

6.2 Crônica “Os filhos que eu nunca tive”

A crônica “Os filhos que eu nunca tive” foi publicada em 1953, é ambientada na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro e também retrata as desigualdades sociais de crianças. Além disso, “Já apontamos como análise inicial, a linguagem clara, de dicção moderna e preocupação com o social” (IURY e SANTOS, 2016, p. 201)

A narradora dessa crônica conta a história de três crianças que batem na sua porta. Um dos garotos explicou “que não estavam pedindo esmolas, mas andavam longe de casa e queriam uns níqueis para o almoço” (QUEIROZ, 2002, p. 37). Inicialmente ela não dá

os níqueis, isto é, dinheiro, mas os chamam para entrar e almoçar, prometendo que no final dará também o dinheiro.

A narradora começa a traçar o perfil e a realidade vivida por cada criança. Isso é percebido no seguinte trecho da crônica:

O mais velho era um crioulinho de ar estonteado sem os dois dentes da frente; calçava umas chuteiras grandes de jogador de futebol, dependurado com duas bolsas às canelas finas. O segundo garoto era bem miúdo, nos seus nove ou sete anos, ainda chupava dedo e tinha pestanas tão compridas que lhe faziam sombra na cara pálida e bochechuda. Mas o importante era o caudilho da turma – dez, doze anos talvez, quem sabe mais; com esses amarelinhos raquíticos a gente nunca pode dizer. Fala rouca, olhar direto, pequenas mãos nervosas que gesticulavam ajudando a fala, camisa de meia, calça comprida, cigarro na mão (QUEIROZ, 2002, p.37).

Nota-se que a narradora faz uma classificação das crianças através de adjetivos: “o mais velho é crioulinho, sem dentes”, o segundo é um “garoto miúdo” que tem nove ou sete anos e o “caudilho”, ou seja, o “chefe” dos outros garotos, por ser “amarelinho raquítico” aparentava ter dez ou doze anos. Observa-se que a disparidade social enfrentada pelos garotos repercute no reconhecimento da idade das crianças. Assim, a autora ao descrever as crianças ou “classificá-las” por meio da adjetivação, estabelece a personificação do ser humano, em meio ao conjunto de regras e normas sociais à condição humana.

Percebe-se que a narradora representa cada criança através da linguagem empregada, nos aproximando do imaginário dos grupos sociais elencados na crônica, fazendo o leitor perceber a realidade social vivida por cada um deles, isto é, que são crianças vulneráveis.

Segundo Moscovici (2009):

Palavras fazem mais do que representar coisas, elas criam coisas e passam suas propriedades as mesmas. Neste caso a linguagem tem um poder comparável ao do espelho, que tem a vantagem extraordinária de destacar a aparência da realidade. Desta forma os nomes que concebemos e criamos com a finalidade de servirem como forma abstrata da matéria e do fenômeno complexos, eles mesmos se tornam essa matéria, estes fenômenos, e esta é uma operação que executamos continuamente (MOSCOVICI, 2009, p.13).

Em outro trecho da referida crônica, ocorre um fato curioso: a preocupação de um dos garotos, Alcir (o chefe dos outros garotos), com o possível aparecimento do Serviço de Assistência ao Menor - SAM³ na casa da narradora. Observa-se isso no trecho abaixo:

³ O Serviço de Assistência ao Menor – SAM, foi criado em 1941, através do Decreto Lei nº. 3.799, subordinado ao Ministério da Justiça. Tinha como finalidades: abrigar os menores, serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de

O pretinho comia em silêncio, de olho no ar, espiando os passarinhos. O gorducho de vez em quando punha escondido, debaixo da mesa, um pedaço de carne para a cachorra. Nisso o telefone tocou, vieram me chamar. Quando desliguei, dei fé de que o chefe da turma abandonara o prato, lá na mesa debaixo da jaqueira, e viera escutar a conversa. Verdade que ao se ver desmascarado teve a graça de corar e desculpar-se como *gentleman* que era: — Tive medo que fosse o telefonema para o SAM. Conteí que não, era um colega de jornal (QUEIROZ, 2002, p.38).

O “SAM” mesmo sendo uma política pública voltada para “infância e juventude”, não surtia o efeito adequado para o cuidado com a infância, tendo em vista que servia tanto para uma educação moralizadora, quanto como um estilo de penitenciária para o menor infrator; logo, mesmo sendo um programa de assistência, servia mais para prender e propagar conceitos moralistas do que de fato auxiliar o menor abandonado e crianças carentes a terem uma boa infância.

Segundo Alvim e Valladares (1989):

Por trás da ideia do SAM estavam presentes as seguintes representações da infância: a criança pobre abandonada física e moralmente; infância como período que precisa de cuidados e proteção específicos. Igualmente, estavam presentes as representações acerca das cidades como lócus da vadiagem, criminalidade e mendicância e dos espaços públicos como espaços de socialização da marginalidade. Nesse quadro, consolidava-se a ideia de que caberia às instituições especializadas a recuperação e a formação de uma infância moralizada (ALVIM E VALLADARES, 1989, p.8).

Observa-se que Rachel de Queiroz ao escrever “Os filhos que nunca tive” faz uma crítica social, pois mostra os meninos “invisíveis” que perambulam pelas ruas, trazendo uma abordagem sobre o desamparo e a negligência do Estado para com o público infanto-juvenil. Logo, a assistência do menor vulnerável no contexto de escrita da referida crônica era apenas para inserção do Brasil no rol das nações modernas, não estando na prática, preocupados com uma infância digna para as crianças brasileiras. Assim sendo, as políticas públicas serviam, na época, apenas como política de assistência para educar de forma moralizante.

No trecho seguinte da crônica, a narradora relata um pouco mais sobre a vida de cada personagem:

Zica é dos três o único que tem mãe e pai. O pai está doente, internado no Hospital São Sebastião, e a mãe lava roupa. Mas tem outros filhos, ganha pouco, Zica precisa ajudar. E ele ajuda, faz carroto na feira, pega xepa de comida num frete em Santo Cristo (mas a porcaria quase sempre vem azeda!), vai apanhar leite dos irmãos menores todas as manhãs, numa instituição que fica à boca do túnel João Ricardo. Há dias em que vigia automóveis defronte

ministrar-lhes educação, instrução; estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos; entre outras finalidades (BRASIL, 1941).

da estação de passageiros, no armazém 13, no Cais do Porto e leva algum, de gorjeta. Por causa disso tudo largou a escola— não tinha tempo. O pequeno, o dos bonitos, diz em voz baixa que seu nome é Cincinato, mas chamam Nato. No mais, fala pouco. Não tem pai nem mãe, mora com a avó, que por sinal além de velha é doente e vive de favor num barraco que ela mesma arrumou, no lugar onde era um banheiro velho, aos fundos de uma casa de cômodos, numa daquelas encostas do morro que ficam entre o Cais do Porto e a Central [...] Quanto ao Alcir —bem, vê-se que é camarada vivido e experiente. Diz que esteve internado no SAM (a sigla do Serviço Social de Assistência Menores é uma constante na conversa de garotos dessa espécie), depois espontaneamente explica que é mentira — ou antes, um modo de dizer. Quem esteve “lá” foi um primo dele que contou tudo como é. Que a ele, para o apanharem, não há de ser fácil[...] Acima de tudo, Alcir é um homem livre. Não tem pai e nem mãe, mora oficialmente com os tios, mas passa dias sem aparecer em casa. A tia é uma chata, o tio tem uma tendinha de vender cachaça e pastel, e tem mania de botar Alcir no pesado. Um dia deixou que um bêbado se metesse a dar cascudos no sobrinho (QUEIROZ, 2002, p.39).

Consta-se que “Zica” é o único com pai e mãe, como mostra o trecho acima destacado, porém, eles são doentes e o menino precisa ir para ruas trabalhar, ou seja, faz “carreto”, “vigia automóvel” e “largou a escola”. O personagem “Nato”, por sua vez, mora com a avó numa casa precária, em uma área de risco. “Alcir” mora com os tios, porém vive mais na rua do que em casa, tendo em vista que o tio o coloca para trabalhar e não o protege contra agressões. Nota-se na crônica, a questão do abandono da criança, causado pela própria família.

Percebe-se tanto no trecho a seguir, quanto no trecho anterior, a questão do trabalho infantil, quando menciona que o personagem “Alcir” além de viver mais na rua do que em casa (tendo em vista que em casa ele não tem a proteção que uma criança deveria ter e o tio o coloca para trabalhar no bar), demonstra que ele tem uma vida de adulto, pois já trabalhou em vários locais. E também reforça as dificuldades enfrentadas pelo personagem em sua vida diária.

Trecho da crônica:

Indaguei o que é que ele fazia para viver. Ele riu. Parece que na rua há muita coisa interessante para ocupar um homem resoluto. Por exemplo, já se ocupou em entregar lista a bicheiro. – Quando a cana está dura, eles gostam de usar garoto, que não dá na vista. Aos sábados ajuda a lavagem dos ladrilhos num buteco da rua América, ganha um prato e uma grujinha que dá para o cigarro. Não é carregador de feira porque tem uma dor no umbigo, não aguenta peso. O médico do ambulatório diz que é hérnia; um dia em que estiver disposto ele procura o doutor e deixa operar. Pergunto se não deseja se operar no hospital aqui na ilha. Mas Alcir não quer se preocupar com a saúde. – Deixa pra lá. Serei moça, para me importar com umbigo grande? (QUEIROZ, 2002, p.40).

Analisa-se assim a questão da adultização dos personagens, principalmente de Alcir, que começa a conhecer precocemente o “mundo dos adultos”, logo, [...] “o charme,

a maleabilidade, a inocência e a curiosidade das crianças se degradam e depois se transfiguram nos traços medíocres de pseudo-adultos” [...] (POSTMAN, 1999, p. 13).

É notório que essas crianças vem de um lar desestruturado, no qual existe também uma negligência dos pais em relação a seus filhos, na qual as crianças não têm uma infância como deveria ser; pelo contrário, ficam na rua ou realizando trabalhos que não eram para realizar antes de completarem a maioridade, sendo que o correto era estar na escola e usando a infância para brincar e estudar. Assim sendo, “tecendo imagens, Rachel de Queiroz compõe uma infância triste, fruto de uma série de consequências, entre as mais sérias, a constituição da própria família” (SOUZA, 2013, p.225).

Por meio dessa crônica observa-se a busca da sobrevivência das crianças de rua e/ou na rua, obrigadas pelos pais a ajudar no sustento do lar, sendo assim expostas ao trabalho infantil e a outros perigos. Dessa forma, acabam ficando à mercê da criminalidade e muitas vezes são levadas a entrar no mundo do crime, não por escolha, e sim porque não têm oportunidades para que levem uma vida digna dentro da Lei, isto é, são vítimas de um Estado omissivo.

Por conseguinte, nota-se que a narradora não representa as crianças de rua através de estereótipos, como delinquentes, e sim como crianças que tiveram sua infância roubada, isto é, como vítima de uma sociedade capitalista e um Estado Neoliberal que privilegia os ricos em detrimento dos mais pobres.

Portanto, ao falar das desigualdades sociais, Rachel de Queiroz (2002) traz em suas observações uma prática social amparada na “normalização” pelo contexto desigual; em contrapartida, a autora mostra sentimentos pelas crianças abandonadas e faz uma ressignificação de sentidos ao colocá-las como vítimas e não como marginais, as quais estão nas ruas não por vontade própria, mas em busca de melhores condições de vida, longe da exploração, violência e das precárias condições econômicas a que são submetidas.

Outra coisa a ser observada na crônica é a poeticidade sobre a infância, tendo em vista que mesmo o personagem “Alcir” passando por dificuldades, ainda permanece tendo a esperança e os sonhos de uma criança que pensa em ter um futuro melhor. Percebe-se isso no trecho a seguir:

Pergunto o que ele quer ser, quando homem – um valentão assim como o Zé da Ilha e o Mauro Guerra? Surpreendentemente, Alcir diz que não, não gosta de malandro. Esse pessoal não vale nada; quem dá cartaz para eles é a polícia. Diz que o Carne Seca até chorava quando foi preso. E o Mauro Guerra é tuberculoso. Alcir tem vontade de comprar um carro de praça e fazer ponto no

Lido. [...] Não tem pai nem mãe, mora oficialmente com os tios, mas passa dias sem aparecer em casa (QUEIROZ, 2002, p.136).

Desse modo, “Alcir” têm sonhos que ainda o mantém pensando no futuro, no qual possa realizar seus devaneios da infância; haja vista, “ao sonhar com a infância, regressamos à morada dos devaneios, aos devaneios que nos abriram o mundo” [...]” (BACHELARD, 1996, p.97). Afinal de contas, “a criança enxerga grande, a criança enxerga belo. O devaneio voltado para a infância nos restitui à beleza das imagens primeiras” (BACHELARD, 1996, p.97).

A narradora descreve “Alcir” como um garoto vivido/experiente, capaz de sobressair dos demais meninos que estão naquela mesma condição. Assim, é possível perceber que os discursos estão delineados na crônica, haja vista que a narradora está na competência de figura adulta ao dar voz às crianças, isto é, dar oportunidade das crianças falarem e/ou se expressarem. Logo, a cronista dá voz literária para as crianças em suas narrativas, demonstrando assim, a importância da “inscrição da criança como sujeito social, que se relaciona com outras crianças, com os adultos e com as instituições” (MALTA, 2015, p. 19).

Na finalização da crônica é mostrado a partida das crianças. A narradora tenta convencê-los a ficarem um pouco mais, mas eles se recusam e saem apressados e “desconfiados”. Percebe-se que a narradora fica triste quando os garotos vão embora:

“Dei dinheiro, deixei-os sair. Que é que podia fazer? Conselhos eles não aceitam. Chamar autoridade, para quê? A Autoridade não resolve, prende. Os garotos saíram. Fiquei a olhá-los, do portão. Dez metros além o pequenino voltou-se, deu adeus com a mão. Me apertou o coração, dei adeus também, fechei o portão devagar” (QUEIROZ, 2002, p. 42).

Ao relatar “dei dinheiro, deixei-os sair”, percebe-se que Queiroz (2002), refere-se às condições materiais que cercam os meninos, por outro lado, ela faz críticas às autoridades. A denúncia social da cronista, também despertou um sentimento de impotência diante daquela realidade, pois, a falta de políticas públicas efetivas, estão sendo cada vez mais escassas, isso pode ser notado através da expressão “Me apertou o coração”.

Nota-se assim, o “empenho da escritora em tornar suas crônicas atemporais, fruto da sua capacidade de observação e, acima de tudo, de sensibilidade para com a vida e com próximo; por outro, demonstra que os desafios a serem vencidos pelos problemas

relacionados à formação social atravessam décadas e são, conscientemente ou não descritos por Rachel de Queiroz (SOUZA, 2013, p 227).

6.3 Crônica “Neuma”

A crônica “Neuma” foi publicada em 1964, é ambientada na cidade de Quixadá-CE e é narrada em terceira pessoa. A personagem principal é uma menina chamada Neuma, que tem 5 anos de idade. No trecho a seguir, a narradora fala das características da personagem:

Tem cinco anos, e é tão miúda que parece três, mas não que seja raquitismo, é tamanho mesmo, ou calibre, como se pertencesse a uma raça especial, assim miudinha e bem-feita, toda roliça. Tostada como um biscoito ao sair do forno, tem o cabelo tão comprido que alcança as ancas. Em geral o traz em duas tranças. Mas em hora de faceirice gosta de andar com ele solto a lhe bater nas costas, em largas ondas castanhas (QUEIROZ, 2002, p. 43).

Observa-se nessa crônica, diferente das crônicas “Menino Pequeno” e “Os filhos que nunca tive” que a personagem aparenta ser mais nova, não por causa das condições precárias que vive, como é analisado nas duas crônicas citadas, mas possivelmente por causa de sua genética. Além do mais, nota-se que a criança tem uma família estruturada, demonstrando com isso que a personagem tem uma infância ideal, diferente dos personagens das crônicas anteriores, os quais tem sua infância roubada.

Outro fato a se observar é que “Neuma” é uma criança que de fato vive uma infância repleta de inocência, tendo em vista que “não tem medo de ninguém nem de nada. É como um animalzinho silvestre, mas manso. Anda no meio do gado, por entre touros e vacas de bezerro novo soltas no pátio, enfrenta bode malhado que as mulheres dizem que é mau. Nem de cobra tem medo” (QUEIROZ, 2002, p. 43). Logo, ela não percebe que haja maldade e/ou perigo no mundo.

Esse trecho da crônica afirma ainda que ela não tem medo, “Nem de trovoada, nem relâmpago. Ao contrário, gosta de tomar banho nas pancadas de chuva forte, passeando debaixo d’água, vestida só com os cabelos” (QUEIROZ, 2002, p. 43). Nota-se portanto, que além da inocência representada, existe a questão da liberdade que “Neuma” tem de viver sua infância, gozando assim dos “pequenos” prazeres da vida, como tomar banho de chuva, correr pelo campo, brincar e se divertir.

Dessa forma, a personagem tem a oportunidade de ser criança em todos os aspectos, inclusive em poder ter bichinhos de estimação. Assim, ela tem dois animais: a cachorra chamada “Sereia” e a gata chamada “Xana”:

Seus grandes amores são uma cachorrinha branca, magra, orelhuda, por nome Sereia. Parece que, quando menor, Sereia era bonita-pelo menos é o que Neuma afirma, sentada com Sereia no colo:—Coitadinha, era muito bonitinha, mas agora anda tão descorada! [...] [...] Neuma anda traí-la com a gata - Xana-que logo lhe deu três gatinhos. E tem sido uma dor de cabeça enfrentar os ciúmes da Sereia que detesta a gata e seus filhos. A solução é prender a gata no quarto e deixar a cachorra no resto da casa, mas a gata “mia que soluça”, e o coração de Neuma se aperta. Vai ao quarto, põe na sua própria rede a Xana velha junto com Xanos novos, e fica a balançar a ninhada, cantando “João Curucutu por trás do munduru” até que durmam. Pega a Sereia no colo, sacode as tranças e suspira: — Família acaba com a gente! (QUEIROZ, 2002, p. 44).

Dessa forma, a personagem se mostra feliz e ao mesmo tempo é retratada a “responsabilidade” adquirida na infância ao cuidar e dar amor aos seus animais de estimação. Esse contato faz muito bem a “Neuma”, auxiliando para que ela colecionasse memórias inesquecíveis e sirva para seu desenvolvimento emocional, conseqüentemente para sua formação humana.

Outra questão a se observar é a entrada da família de Neuma no núcleo central da história. Tendo em vista que em toda crônica os pais são mencionados. Além do mais, é notório que a família está presente na educação da filha e também na demonstração de afeto.

Isso pode ser relatado no trecho a seguir:

Às vezes vai sair com a mãe e é proibida de levar Sereia. Mas lá adiante, no caminho, a mãe verifica que a Sereia vem atrás. E ralha:—Menina, eu não disse para você não trazer essa cachorra [...] [...] O pai, que a encontra, pergunta o que é aquilo:—Vou levar a Sereia pra casa. Aquelas cabeças-de-prego lá da fazenda não sei que têm que não gostam de cachorro [...]Convalescente, conversava com o pai: — Pai, eu estava tão doente, mas me lembro do doutor. Ele pegava na minha mão, depois abanava a cabeça (QUEIROZ, 2002, p. 42).

Por fim, é notório que existe uma assistência familiar no momento que “Neuma” é acometida por uma doença:

Ano passado esteve muito doente, era crupe, quase a menina morreu. Levaram-na ao doutor no Quixadá, tomou muito injeção de soro, afinal ficou boa. Convalescente, conversava com o pai: —Pai, eu estava tão doente, mas me lembro do doutor. Ele pegava na minha mão, depois abanava a cabeça. Pai, por que é que ele abanava a cabeça? —Havia de ser pensando que você não escapava. Neuma ficou muito tempo meditando naquilo. Por fim deu uma risada e liquidou o assunto: —Homem doido!

Portanto, nessa crônica consta-se a representação de uma criança que de fato vive uma infância amparada, onde a família lhe dar toda assistência necessária para que tenha uma infância ideal. Assim, o ideal de infância que se almeja é essa representada por Neuma, uma criança que possa ter o direito de brincar, imaginar, ter uma família que lhe proteja, entre outros direitos. Conseqüentemente, essa infância ideal vai repercutir na formação de valores e desenvolvimento da criança, para que possa crescer como um adulto de caráter e com uma formação humana satisfatória para se viver e se alcançar uma sociedade mais justa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa percebeu-se que Rachel de Queiroz traz nas crônicas analisadas (“Menino Pequeno” e “Os filhos que nunca tive”) uma crítica social; não trazendo uma infância romantizada, e nem mostrando crianças como seres “delinquentes ou infratores”, mas sim crianças que não estão nessa situação por escolha e sim como seres invisibilizados pela sociedade na década de 1950 (tanto pela negligência da família, como do Estado); e também trazendo um olhar atemporal, tendo em vista que esses problemas sofridos pelas crianças demonstrados nas referidas crônicas, ainda acontecem em pleno século XXI.

Já na crônica “Neuma”, percebe-se a representação de uma criança que tem seus direitos assegurados, diferente das outras duas crônicas analisadas. Constata-se, portanto, que a questão da desigualdade social é algo que vai diferenciar essa mudança de concepção de infância presente no século XX aos dias contemporâneos, tendo em vista ser presente em muitos lares brasileiros de pessoas menos favorecidas, a falta de condições financeiras, acarretadas pela ausência do Estado e pela opressão gerada pelo sistema capitalista, que repercutem para que os pais não garantam os direitos da infância para suas crianças.

Portanto, através desse trabalho pode-se reafirmar a importância da literatura para representação da infância e da realidade social, e por conseguinte, elencando a compreensão dessa etapa da vida, como uma fase importante de desenvolvimento pessoal do sujeito. Por fim, espera-se que esse estudo contribua para novas pesquisas sobre a representação da infância e/ou de representatividade por meio da Literatura.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ABREU, C. “**Meus oito anos**”. In: CANDIDO & CASTELLO, Antônio e J. Aderaldo. *Presença da literatura brasileira*. 9. ed. São Paulo: Difel, 1981.

ALVIM, M. R. B. VALLADARES, L. P. **Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura**. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – ANPOCS, Rio de Janeiro, 1988.

BRASIL. Decreto-lei Nº 3.799, de 5 de novembro de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso 15/04/2022.

BACHELARD, G. **A Poética do Devaneio**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 1a. ed. São Paulo: Martins fontes, 2006.

BARCELOS, V. H. L. SCHULZE, C. M. N. **O texto literário e as representações sociais: uma alternativa metodológica em educação ambiental**. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 6, p. 259-268, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25853> Acesso em 17/06/2022.

CANDIDO, A. “**A vida ao rés-do-chão**”. In: *A Crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1992. P. 13-22.

CANDIDO, A. **O direito à literatura**. In: *Vários escritos*, 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

COUTINHO, A. *A literatura no Brasil – Vol. III*. Rio de Janeiro: São José, 1964.

COUTINHO, A. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1988.

COSTA, J. S. **Uma visão crítica dos contos de fadas dos Grimm**. *Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança*. Curitiba, vol. 2, n. 2, p. 82-97, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/ESGPPJS/article/view/876> acesso em: 29/05/2022.

DESOTI, L. CANTARIN, M. M. **O gênero crônica e a valorização da leitura na escola**. Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3 Cadernos PDE, 2014.

Disponível:http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_utfpr_port_artigo_luciane_desoti.pdf acesso em: 22/02/2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

JURY, L. A. SANTOS, G.F.C. **Crônica “Os filhos que nunca tive”: desigualdade social no discurso crítico de Rachel de Queiroz**. In: Mídias e desigualdades. Cap. de livro.

LAJOLO, M. **Infância de Papel e Tinta**. In: História da infância no Brasil. Org. Marcos Cezar de Freitas. 8º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HENICK, A. C. FARIA, P. M. F. **História da infância no Brasil**. EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação. PUCPR: 26 A 29/10/2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19131_8679.pdf acesso em 12/08/2021.

MATA, A. L. N. **O silêncio das crianças: representações da infância na narrativa brasileira contemporânea**. 116 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Literatura)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3500> acesso em: 12/05/2022.

MATA, A. L.N. **Infância na literatura brasileira contemporânea: tema, conceito, poética**. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 46, p.13-20, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10032/8865> acesso em: 12/05/2022.

POSTMAN, N. **O Desaparecimento da Infância**. Tradução: Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

PEREIRA, J. A. SILVA, M.V. **A infância nas crônicas de Rachel de Queiroz**. In: I Colóquio Discurso e Práticas Culturais - DIPRACS, 2009, Fortaleza. Anais online. Disponível: <https://grupodiscuta.ufc.br/pt/publicacoes/anais-do-coloquio-discurso-e-praticas-culturais/v-1-2009-edicoes-anteriores/> Acesso em 07/03/2022.

QUEIROZ, R. **Cenas brasileiras**. Para gostar de ler (Crônicas), volume 17. Editora Ática. São Paulo, 2002.

QUEIROZ, R. QUEIROZ, M. L. **Tantos anos**. Editora José Olympio. 4ª ed. Rio de Janeiro-RJ, 2010.

SANTOS, R. M. **Tradição e Modernidade nas Crônicas de Rachel de Queiroz**. XI Congresso Internacional ABRALIC 13 a 17 de julho de 2008. Tessituras, Interações, Convergências USP – São Paulo, Brasil. Disponível em: https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/042/REGMA_SAN TOS.pdf Acesso em 08/08/2022.

SCHEIBE, R. **A Recriação do Real: As Origens do Gênero Crônica no Brasil**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII

Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Manaus - AM – 01 a 03/05/2013. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/norte2013/resumos/R34-0215-2.pdf> acesso em 12/06/2021.

SILVA, L. R. TOMÁS, M. E. **Representações da infância na obra O quinze, de Rachel de Queiroz.** Revista Homem, Espaço e Tempo dezembro/2013. ISSN 1982-3800.

SILVEIRA, R.M.H. QUADROS, M.C. **Crianças que sofrem: representações da infância em livros distribuídos pelo PNBE.** Estudos de Literatura Brasileira contemporânea, n. 46, p. 175-196, jul./dez. 2015. Disponível: <http://old.scielo.br/pdf/elbc/n46/2316-4018-elbc-46-00175.pdf> Acesso em 13/04/2022.

SOUZA NETO, J. C. **História da Criança e do Adolescente no Brasil.** Revista unifeo, revista semestral do Centro Universitário FIEO – ano 2, nº 3 (2000).

ZILBERMAN, R. **A literatura infantil brasileira.** 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.